

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

002/2026

OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de garantir a proteção e a integridade física dos profissionais, assegurando condições seguras, salubres e adequadas para a execução das ações nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 19.180,65

DATA DA SESSÃO

23/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09h até 15h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	5
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	7
4. FASE DE LANCES	8
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	9
6. HABILITAÇÃO.....	10
7. CONTRATAÇÃO.....	11
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº002/2026

(Processo Administrativo n.º6701/2025)

Torna-se público que o(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por meio do(a) pregoeiro, designado pela Portaria nº 0003, de 05 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do [art. 75, inciso II](#), nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 23/06/2026

Data de recebimento das propostas e documentos: até 23/06/2026, às 08h59min

Horário da Fase de Lances: 09:00h às 15:00h

Link: www.licitanet.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço por item.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de garantir a proteção e a integridade física dos profissionais, assegurando condições seguras, salubres e adequadas para a execução das ações nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Bota ocupacional impermeável, tamanho 36, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15



02	Bota ocupacional impermeável, tamanho 38, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	30
03	Bota ocupacional impermeável, tamanho 40, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15
04	Bota ocupacional impermeável, tamanho 42, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15
05	Bota ocupacional impermeável, tamanho 44, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	25
06	Capa de chuva amarela, tamanho EXG, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	05
07	Capa de chuva amarela, tamanho G, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30
08	Capa de chuva amarela, tamanho GG, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30
09	Capa de chuva amarela, tamanho M, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30



10	Capa de chuva amarela, tamanho P, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	05
11	Lanterna, com as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• Lâmpada da lanterna: LED;• Material da lanterna: plástico ABS;• Cor: preto;• Luminosidade (Lúmens): 100 Lúmens;• Alimentação da lanterna: 3 pilhas AAA.	Unid.	100
12	Luva látex, descartável, tamanho G, cor branca. Caixa com 100 unidades.	Cx.	05
13	Luva látex, descartável, tamanho M, cor branca. Caixa com 100 unidades.	Cx.	05
14	Máscara descartável, na cor branca, com elástico. 100% polipropileno, confeccionado em TNT, tamanho único. Caixa com 100 unidades.	Cx.	10
15	Máscara PFF2/ N95, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico revestido em poliéster para sustentação da peça facial. Caixa com 100 unidades.	Cx.	01
16	Protetor solar, FPS 50, resistente a água e com ampla proteção UVA. Frasco com no mínimo 200ml.	Unid.	40
17	Repelente corporal, spray, para proteção máxima contra mosquitos, a base de água, testado dermatologicamente, não oleoso. Frasco com no mínimo 200ml.	Unid.	40

1.2.1 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.



2.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Licitanet.com.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#).

2.1.2. O Licitanet.com.br poderá ser acessado pela web.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. O disposto na alínea “a” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou



emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema,



sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. conter vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.6. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.



7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;



- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;



PREFEITURA DE
**Cachoeiras
de Macacu**

SEGOV
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil
Departamento de Compras Governamentais

PROC. Nº 6701/2025

FLS Nº _____

RUBRICA – MATR.

9.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;

9.12.3. ANEXO III - Preços máximos propostos pela Administração;

Gilvana Azevedo Miranda

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cachoeiras de Macacu, 16 de junho de 2026.



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Habilitação jurídica

1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1 Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;

1.2.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;



1.2.6 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

1.2.7 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.8 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.9 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.9.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.10 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.2.10.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

1.2.11 Prova de constituição social, podendo ser:

1.2.11.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2.11.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.2.11.3 Em caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

1.2.11.4 Decreto autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.3 **Habilitações técnica:**

1.3.1 Apresentação de, no mínimo, um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou está prestando, de maneira satisfatória e a contento, o fornecimento ao qual se refere o objeto do presente processo.



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000006701/2025

SETOR REQUISITANTE: GESTÃO DO SUAS.

1. DO OBJETO - (Art. 14, inciso I do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

1.1 – Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de garantir a proteção e a integridade física dos profissionais, assegurando condições seguras, salubres e adequadas para a execução das ações nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

1.2 – Especificação do Objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Bota ocupacional impermeável, tamanho 36, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15
02	Bota ocupacional impermeável, tamanho 38, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	30
03	Bota ocupacional impermeável, tamanho 40, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15
04	Bota ocupacional impermeável, tamanho 42, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15
05	Bota ocupacional impermeável, tamanho 44, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	25
06	Capa de chuva amarela, tamanho EXG, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	05



07	Capa de chuva amarela, tamanho G, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30
08	Capa de chuva amarela, tamanho GG, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30
09	Capa de chuva amarela, tamanho M, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30
10	Capa de chuva amarela, tamanho P, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	05
11	Lanterna, com as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• Lâmpada da lanterna: LED;• Material da lanterna: plástico ABS;• Cor: preto;• Luminosidade (Lúmens): 100 Lúmens;• Alimentação da lanterna: 3 pilhas AAA.	Unid.	100
12	Luva látex, descartável, tamanho G, cor branca. Caixa com 100 unidades.	Cx.	05
13	Luva látex, descartável, tamanho M, cor branca. Caixa com 100 unidades.	Cx.	05
14	Máscara descartável, na cor branca, com elástico. 100% polipropileno, confeccionado em TNT, tamanho único. Caixa com 100 unidades.	Cx.	10
15	Máscara PFF2/ N95, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico revestido em poliéster para sustentação da peça facial. Caixa com 100 unidades.	Cx.	01
16	Protetor solar, FPS 50, resistente a água e com ampla proteção UVA. Frasco com no mínimo 200ml.	Unid.	40
17	Repelente corporal, spray, para proteção máxima contra mosquitos, a base de água, testado dermatologicamente, não oleoso. Frasco com no mínimo 200ml.	Unid.	40

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1 - De acordo com o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto trata-se de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



2.2 - Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação do bem demandado verificamos que este:

- é passível de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possui especificação usual de mercado;
- e possui disponibilidade no mercado.

2.3 - Logo, o bem a ser adquirido classifica-se como sendo um bem comum.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE - (Art. 14, inciso II do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

3.1 – Garantir a proteção e a integridade física dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio da disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), assegurando condições seguras, salubres e adequadas para a execução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Os EPIs são indispensáveis para o desempenho das atividades desenvolvidas nos diversos espaços da rede pública socioassistencial, como CRAS, CREAS e Unidade de Acolhimento Institucional, bem como em ações externas, permitindo que os profissionais atuem com segurança, eficiência e qualidade no atendimento à população.

Os trabalhadores do SUAS realizam atividades de natureza diversa e, muitas vezes, em contextos de vulnerabilidade, o que exige o uso constante de equipamentos que assegurem a proteção individual e coletiva. Entre essas atividades, destacam-se atendimentos diretos ao público, visitas domiciliares, acompanhamentos em territórios, ações externas e apoio em situações de emergência e calamidade pública.

Nessas circunstâncias, o uso de EPIs é fundamental para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, preservando a saúde e a integridade física dos trabalhadores, além de garantir a continuidade dos serviços essenciais de proteção social.

Considerando as características territoriais e ambientais de nosso município, é importante destacar que as equipes do SUAS frequentemente atuam em áreas de difícil acesso, zonas rurais e regiões periféricas. Ademais, o SUAS desempenha papel essencial e obrigatório nas ações de resposta a emergências e calamidades públicas, como enchentes, vendavais, desastres naturais e surtos epidemiológicos. Nesse contexto, os profissionais realizam busca ativa, acolhimento e atendimento a famílias desabrigadas e desalojadas, estando expostos a riscos biológicos, físicos e químicos, o que reforça a necessidade de uso contínuo e adequado de EPIs como medida de segurança e proteção sanitária.

A disponibilização desses materiais encontra respaldo na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que preveem a responsabilidade dos entes públicos em garantir condições dignas, seguras e saudáveis de trabalho aos profissionais que executam os serviços socioassistenciais.

O fornecimento regular de EPIs contribui para o fortalecimento da gestão do trabalho no SUAS, reduzindo afastamentos por motivos de saúde, assegurando a qualidade e continuidade dos atendimentos e reforçando o compromisso institucional com a valorização e proteção dos trabalhadores. Dessa forma, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual constitui-se em uma ação essencial para a efetivação da proteção social, refletindo diretamente na segurança, qualidade e eficiência dos serviços prestados à população usuária da Assistência Social.

Diante do exposto, torna-se essencial o fornecimento contínuo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, à fim de



garantir condições seguras de trabalho, prevenir riscos e assegurar a execução dos serviços com qualidade, responsabilidade e comprometimento social.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (Art. 14, inciso IV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

4.1 - As licitações de compras e serviços, em regra, deverão ser divididas em tantas parcelas quanto se comprove ser técnica e economicamente viáveis, procedendo a licitação com objetivo de melhor aproveitamento dos recursos, ampliando a competitividade, uma vez que propicia a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto possam fazê-lo com relação a itens, e sem perda de economia. No caso em questão, o objeto refere-se ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de naturezas diversas. Considerando que os produtos possuem especificações e finalidades distintas, além de poderem ser ofertados por fornecedores especializados em determinados tipos de equipamentos, optou-se pelo parcelamento por itens. Essa medida visa ampliar a participação de empresas, garantir maior competitividade e assegurar a economicidade e a eficiência do processo licitatório.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO - (Art. 14, inciso VI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

5.1 – A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos trabalhadores do SUAS, visando a proteção e a integridade física dos profissionais durante a execução das atividades desenvolvidas nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de EPIs, responsável por disponibilizar produtos novos, de primeira qualidade, devidamente certificados pelo órgão competente, atendendo às normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

Considerando as particularidades das ações executadas pelas equipes do SUAS, que atuam em atendimentos ao público, visitas domiciliares, ações externas, apoio em emergências e situações de risco, o fornecimento dos EPIs representa a solução mais adequada para assegurar condições seguras, salubres e eficientes de trabalho, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais e contribuindo para a continuidade e qualidade dos serviços ofertados.

Não há outras soluções tecnicamente viáveis para atender à demanda, uma vez que os Equipamentos de Proteção Individual constituem instrumentos obrigatórios e específicos para garantir a segurança no desempenho das atividades profissionais, não havendo alternativas que possam substituí-los com a mesma eficiência e conformidade às normas legais e regulamentares vigentes.

A solução proposta garante o fornecimento regular e padronizado de equipamentos de segurança, contribuindo para a valorização e a proteção dos profissionais do SUAS, o fortalecimento da gestão do trabalho e a manutenção de ambientes seguros e saudáveis. Trata-se, portanto, de insumos essenciais ao desempenho das funções institucionais, cujo uso é obrigatório, sendo a solução consolidada e eficiente para a Administração Pública.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO - (Art. 14, inciso VII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

6.1 - Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) deverão ser novos, de primeiro uso, e estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e com as exigências do Ministério do



Trabalho e Emprego (MTE). Devem possuir Certificado de Aprovação (CA), quando aplicável, válido, legível e emitido pelo órgão competente. Os produtos também devem atender às normas e regulamentações da ANVISA, do INMETRO, da ABNT e demais legislações pertinentes.

6.2 – Os EPIs devem ser entregues em conformidade com a Solicitação de Fornecimento, em embalagens originais, lacrados, em perfeitas condições, sem avarias e que garantam a integridade e conservação dos produtos.

6.3 - A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento, no seguinte endereço, de 08h às 16h:

- **Sede Gestão do SUAS:** Rua Serafim Coelho Gomes, s/nº, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ.

6.4 – Todos os custos decorrentes do fornecimento dos produtos, será de responsabilidade da empresa contratada.

6.5 - Qualquer eventualidade que prejudique o fornecimento dos itens, deverá ser devidamente justificada em documento oficial, enviado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do referido fornecimento e aceito pela gestão da ARP.

6.13 – Regras de recebimento provisório e definitivo do objeto:

6.6.1 - O Fiscal Técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, especialmente quanto a entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e em observância às normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho;

6.6.2 - O Fiscal Administrativo do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, incluindo a verificação da documentação econômico-financeira e do controle de entrega dos EPIs;

6.6.3 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado pela fiscalização técnica e administrativa ou, em havendo mais de uma entrega, com a entrega do último termo;

6.6.4 – A empresa contratada deverá corrigir ou complementar, às suas expensas, quaisquer irregularidades ou inconsistências verificadas nas entregas, documentações ou produtos fornecidos, ficando a fiscalização autorizada a não atestar a Nota Fiscal até que todas as pendências sejam devidamente sanadas;

6.6.5 – O recebimento provisório também ficará condicionado à verificação do estado físico dos produtos, que deverão estar novos, dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de uso e acompanhados dos respectivos certificados de conformidade, livres de defeitos, avarias, rasgos, ferrugem ou qualquer irregularidade que comprometa sua segurança e funcionalidade.



6.6.6 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, abrangendo os aspectos técnicos e administrativos, bem como os documentos comprobatórios necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para o recebimento definitivo.

6.6.7- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, acerca do cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.6.8 – O Gestor do Contrato deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à empresa contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.6.9 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.6.10 - Enviar a documentação pertinente ao setor de gestão e fiscalização de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

6.6.11 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que compete à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.6.12 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - (Art. 14, inciso VIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

7.1 - A empresa contratada deverá garantir que todos os produtos entregues apresentem qualidade, durabilidade e segurança adequadas ao uso profissional, respondendo integralmente por eventuais defeitos, vícios ou irregularidades constatadas durante o período de garantia legal.

7.2 - Caso seja verificada qualquer não conformidade, vício de fabricação, defeito ou irregularidade nos produtos entregues, a contratada deverá proceder à substituição, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal.

7.3 - Os prazos de validade dos produtos deverão estar devidamente indicados nas embalagens, não sendo aceitos materiais com prazos inferiores a 12 (doze) meses da data de entrega.

7.4 - A contratada será responsável por garantir que os EPIs atendam integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência e mantenham-se em perfeitas condições de uso durante o prazo de garantia, respondendo pelos custos de transporte, substituição ou recolhimento, quando necessário.



8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (Art. 14, inciso IX do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

8.1 – O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de Planejamento em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

9. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA - (Art. 14, inciso XI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

9.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

9.1.1 – Dotações orçamentárias:

507.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
525.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
525.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.661.0000
543.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
543.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.661.0000

10. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE - (Art. 14, inciso XII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

10.1 – Não se aplica a contratação pretendida.

11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA - (Art. 14, inciso XIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

11.1 – A contratação será realizada por dispensa de licitação, na modalidade dispensa eletrônica, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, conforme o art. 33, inciso I, da mesma Lei, e utilizando-se o modo de disputa aberto, nos termos do art. 56, inciso I.

12. DAS PROPOSTAS - (Art. 14, inciso XIV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

12.1 – Prazo de validade:

12.1.1 – As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

12.2 – Condições da Proposta:

12.2.1 - O licitante interessado deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2.2 - O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



12.2.3 - O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

12.2.4 - Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas no edital.

12.2.5 - Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

12.2.6 - Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas em edital.

12.2.7 - Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.8 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito:

12.8.1 – Não serão exigidas amostras para a presente contratação.

13. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - (Art. 14, inciso XVI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

13.1 – Apresentação de, no mínimo, um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou está prestando, de maneira satisfatória e a contento, o fornecimento ao qual se refere o objeto do presente processo.

14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - (Art. 14, inciso XVI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

14.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

14.2 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

14.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

14.2.2 - Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;



14.2.4 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante;

14.2.5 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

14.2.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

15. DO CONTRATO.

15.1 - De acordo com o Art. 95, da Lei 14.133/2021: *“O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. Considerando que a contratação se dará por dispensa de licitação em razão de valor, o instrumento de contratação será a Nota de Empenho válida por 12 (doze) meses, acompanhada dos documentos fiscais e da proposta aceita.*

15.2 - Não se aplicam, portanto, as cláusulas referentes a prazo de contrato, prorrogação ou assinatura, previstas no Artigo 14, incisos XVII e XVIII do Decreto Municipal nº 5.045 de 09 de maio de 2024, visto que a execução do objeto será conforme demanda e o pagamento se dará mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, após a devida comprovação do fornecimento.

16 – Requisitos da Contratação - (Art. 14, inciso XIX do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.1 - A empresa deverá apresentar toda a documentação exigida neste Termo de Referência, de forma a comprovar sua qualificação para a contratação.

16.2. Garantia Contratual - (Art. 14, inciso XXII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.2.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Subcontratação - (Art. 14, inciso XXIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.3.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE - (Art. 14, inciso XX do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

17.1 - Designar formalmente, dentre os servidores, o Gestor e os Fiscais do Contrato, responsáveis por acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), observando as disposições legais e contratuais aplicáveis.

17.2 – Exercer a fiscalização e o acompanhamento do fornecimento dos EPIs, garantindo que os produtos atendam às especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como registrar eventuais irregularidades e adotar as providências necessárias à sua regularização.



17.3 - Efetuar o pagamento correspondente aos produtos fornecidos, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelos fiscais do contrato, observadas as condições de recebimento.

17.4 - Fornecer à contratada as informações e orientações necessárias para viabilizar o adequado cumprimento das obrigações contratuais.

17.5 – Comunicar formalmente à contratada quaisquer ocorrências que possam interferir na execução do objeto.

18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA - (Art. 14, inciso XXI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

Além das obrigações decorrentes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações da empresa contratada:

18.1 - Efetuar o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme as quantidades, especificações técnicas e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

18.2 - Garantir que todos os produtos fornecidos estejam em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

18.3 - Assegurar a entrega dos produtos no local e prazo indicados pela Administração, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados das respectivas Notas Fiscais e/ou demais documentos comprobatórios de conformidade.

18.4 - Manter disponibilidade para atendimento ágil em caso de necessidade de substituição de produtos com defeito, irregularidade ou divergência em relação às especificações, sem ônus para a Administração.

18.5 - Comunicar imediatamente à Administração, quaisquer ocorrências que possam comprometer o fornecimento, a qualidade dos produtos ou o cumprimento das obrigações assumidas.

18.6 - Cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, zelando pela regularidade, qualidade, segurança e pontualidade no fornecimento.

18.7 – Responsabilizar-se pelo transporte, manuseio e entrega dos produtos até o local designado, observando as condições adequadas de conservação e armazenamento, de modo a evitar danos, contaminações ou deteriorações.

19 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO - (Art. 14, inciso XXIV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

19.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

19.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos



procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

19.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

19.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

19.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

19.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

19.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

GESTOR DO CONTRATO:

Titular

Romulo Silva de Almeida

CPF: 100.511.777-22

Matr.: 19708

Suplente

Cláudia da Silva Pagliasse

CPF: 003.237.377-57

Matr.: 72842

FISCAL ADMINISTRATIVO:

Titular

Víviã da Silva Quirino

CPF: 119.242.567-70

Matr.: 72966

Suplente



Mateus Araújo de Oliveira

CPF: 173.088.237-41

Matr.: 19699

FISCAL TÉCNICO:

Titular

Luciana Carvalho Mendes

CPF: 104.850.227-96

Matrícula: 19497

Suplente

Ana Karollina Fonseca e Souza

CPF: 134.001.817-90

Matr.: 72965

20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 14, inciso XXV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

20.1 - O pagamento será efetuado conforme o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) for realizado e devidamente entregue, com base nas quantidades efetivamente recebidas e atestadas pela fiscalização técnica e administrativa.

20.2 - A efetivação de cada pagamento estará condicionada à apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pelos fiscais do contrato, após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas, quantitativas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.3 - O recebimento provisório do objeto ocorrerá no ato da entrega dos EPIs no local indicado pela Administração, mediante conferência da quantidade, integridade, validade e conformidade dos produtos com os itens contratados.

20.4 - O prazo para o recebimento definitivo será realizado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação de conformidade do fornecimento com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.5 - O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências adicionais para aferir o atendimento das exigências contratuais.

20.6 - Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração proceder ao pagamento da parcela incontroversa mediante emissão de Nota Fiscal correspondente.

20.7 - O prazo destinado à solução, pela Contratada, de inconsistências no fornecimento ou ao saneamento da Nota Fiscal/instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação, não será computado para fins de recebimento definitivo.

20.8 – A empresa contratada deverá apresentar requerimento de pagamento acompanhado da Nota Fiscal, bem como da comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da



empresa. A fiscalização do contrato atestará a conformidade da execução com o Termo de Referência e com a proposta, condição indispensável para a liquidação da despesa.

20.9 - A Nota Fiscal deverá ser encaminhada com a devida indicação, no campo “OBSERVAÇÕES”, do número do empenho e dos dados bancários atualizados da Contratada para efeito de pagamento.

20.10 – Relação das Certidões que devem ser apresentadas junto com o requerimento de pagamento e Nota Fiscal:

- CND de Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (do município de origem da empresa);
- Comprovante de Regularidade junto ao FGTS.

20.11 – Da Liquidação:

20.11.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

20.11.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do serviço;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.11.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

20.12 - Do Prazo de Pagamento:

20.12.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

20.12.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

20.13 - Da Forma de Pagamento:

20.13.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



20.13.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.13.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.13.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DA SEGURANÇA DE DADOS - (Art. 14, inciso XXVII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

21.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

21.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

21.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

21.4 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

21.5 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

21.6 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

21.7 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

21.8 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

21.9 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de



eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

21.10 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - (Art. 14, inciso XXVI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

22.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 02 de junho de 2026.

Jhully Kristiny Veloso Serpa
Superintendente da Gestão do SUAS
Matricula: 73162

Kamila Matos Pereira
Apoio à Execução Instrumental
Matrícula: 72841



ANEXO III – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Bota ocupacional impermeável, tamanho 36, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15	R\$ 51,80	R\$ 777,00
02	Bota ocupacional impermeável, tamanho 38, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	30	R\$ 51,80	R\$ 1.554,00
03	Bota ocupacional impermeável, tamanho 40, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15	R\$ 51,80	R\$ 777,00
04	Bota ocupacional impermeável, tamanho 42, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.	Par	15	R\$ 52,90	R\$ 793,50
05	Bota ocupacional impermeável, tamanho 44, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura.	Par	25	R\$ 51,80	R\$ 1.295,00



	Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Cor branca, cano longo.				
06	Capa de chuva amarela, tamanho EXG, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	05	R\$ 32,47	R\$ 162,35
07	Capa de chuva amarela, tamanho G, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30	R\$ 29,42	R\$ 882,60
08	Capa de chuva amarela, tamanho GG, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30	R\$ 30,68	R\$ 920,40
09	Capa de chuva amarela, tamanho M, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	30	R\$ 29,42	R\$ 882,60
10	Capa de chuva amarela, tamanho P, com capuz, confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão.	Unid.	05	R\$ 22,01	R\$ 110,05
11	Lanterna, com as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• Lâmpada da lanterna: LED;• Material da lanterna: plástico ABS;• Cor: preto;• Luminosidade (Lúmens): 100 Lúmens;• Alimentação da lanterna: 3 pilhas AAA.	Unid.	100	R\$ 74,50	R\$ 7.450,00
12	Luva látex, descartável, tamanho G, cor branca. Caixa com 100 unidades.	Cx.	05	R\$ 28,42	R\$ 142,10



13	Luva látex, descartável, tamanho M, cor branca. Caixa com 100 unidades.	Cx.	05	R\$ 29,47	R\$ 147,35
14	Máscara descartável, na cor branca, com elástico. 100% polipropileno, confeccionado em TNT, tamanho único. Caixa com 100 unidades.	Cx.	10	R\$ 20,16	R\$ 201,60
15	Máscara PFF2/ N95, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico revestido em poliéster para sustentação da peça facial. Caixa com 100 unidades.	Cx.	01	R\$ 131,50	R\$ 131,50
16	Protetor solar, FPS 50, resistente a água e com ampla proteção UVA. Frasco com no mínimo 200ml.	Unid.	40	R\$ 59,45	R\$ 2.378,00
17	Repelente corporal, spray, para proteção máxima contra mosquitos, a base de água, testado dermatologicamente, não oleoso. Frasco com no mínimo 200ml.	Unid.	40	R\$ 14,39	R\$ 575,60
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:				R\$ 19.180,65	